



BRAGA
Município



Relatório de **Contas** **Consolidadas 2022**

Esta página ficou propositadamente em branco

BRAGA

Cidade autêntica

RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2022

Reunião da Câmara Municipal: 26/06/2023

Reunião da Assembleia Municipal: 21/07/2023

Praça do Município
4700-435 Braga
www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt

Índice Geral

1. NOTA PRÉVIA	5
2. ENQUADRAMENTO LEGAL	8
3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA.....	9
3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM	9
3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM.....	10
3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.	10
3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.....	11
3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.	11
4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL.....	13
4.1. TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.	13
4.2. Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.....	13
4.3. Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.....	14
4.4. Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.....	15
4.5. InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M.....	16
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	18
5.1. Demonstração de Resultados Consolidados	18
5.1.1. Análise da Estrutura dos Gastos.....	19
5.1.2. Análise da Estrutura dos Rendimentos	21
5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado.....	23
5.3. Indicadores de Análise	25
5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal.....	27
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	28
7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	34
Nota I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	34
Nota II - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..	39
Nota III – Ativos intangíveis.....	41
Nota IV – Acordos de concessão de serviços: concedente	42
Nota V – Ativos fixos tangíveis	43

Nota VI – Locações	44
Nota VII – Custo de empréstimos obtidos	44
Nota X – Inventários.....	45
10.1 Inventários.....	45
10.2 Inventários – Movimentos do Período.....	46
Nota XV – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	47
Nota XXIII – Outras divulgações	52
23.1 Estado e Outros Entes Públicos.....	52
23.2 Outras Contas a Receber e a Pagar	52
23.3 Rendimentos	53
23.4 Gastos.....	53
23.5 Gastos com o Pessoal	54
23.6 Outras Informações relativas aos procedimentos de consolidação	54
8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....	57

Índice de Ilustrações

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados.....	18
Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Gastos Consolidados	19
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos Consolidados.....	21
Quadro 4 – Rácios de Liquidez	25
Quadro 5 – Rácios de Solvabilidade	26
Quadro 6 – Rácios de Endividamento	26
Figura 1- Comparativo da Estrutura de Gastos Consolidados.....	20
Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados	22
Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado	24
Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado	24

1. NOTA PRÉVIA

Entende-se por contas consolidadas, as Demonstrações Financeiras (DF) de um conjunto de entidades pertencentes a um grupo de sociedade, preparadas com o objetivo de proporcionarem uma imagem verdadeira e apropriadas da situação financeira e económica desse grupo.

Um grupo de sociedades é constituído por uma entidade, a quem chamamos empresa-mãe, e todas as entidades que, direta ou indiretamente, por intermédio de outra, detenha uma participação que lhe confere direitos de exercer uma posição de controlo ou direção sobre as demais.

A construção destas Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFC) obriga necessariamente à conjugação da DF Individuais das diversas entidades até aqui referidas, que mediante aplicação de determinadas técnicas e procedimentos de consolidação, são agregadas entre si, de modo a transmitir informações financeiras e económicas como se de uma única entidade se tratasse.

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas

entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. Na mesma sequência, o número 2 do mesmo artigo, acrescenta que a “contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o setor local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”.

Por outro lado, prevê-se, no artigo 75.º, do mesmo diploma, a obrigatoriedade dos municípios elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O presente relatório, que anexa as contas consolidadas, pretende abraçar dois desideratos: (i) dar cumprimento a esta obrigação legal, e, também, (ii) assumir claramente que prestação de contas está intimamente ligada à transparência no uso dos recursos públicos (e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei), sendo um dos caminhos da ampliação da cidadania.

Na dimensão técnica, com este documento pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- melhorar o processo de tomada de decisão;
- potenciar o controlo;
- melhorar a informação financeira do grupo;
- implementar políticas e culturas de gestão do grupo;
- facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação, em que o Município de Braga é detentor de uma percentagem de controlo, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base o método de consolidação integral, nas entidades onde exerce influência significativa, foi utilizado o método de equivalência patrimonial. Subsequentemente a esta integração (mediantes os dois métodos descritos), foram eliminadas todas as operações intergrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se, assim, duplicação de valores.

A implementação do novo referencial contabilístico, SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), veio permitir uniformizar os procedimentos e aumentar a

fiabilidade da consolidação de contas, a aplicação deste normativo contabilístico passou a ser de adoção obrigatória para o município bem como para as empresas municipais reclassificadas, designadamente, Teatro Circo, Bragahabit e TUB, permitindo, também, uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local (AGERE e InvestBraga). As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Braga foram elaboradas de acordo com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública.

Em face da complexidade conceptual do processo de transição, entendeu-se de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33, a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a integralidade e plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Assim, torna-se estratégico assumir, em matéria do património municipal, bem como, ao nível das empresas municipais, na aplicação da contabilidade orçamental nas empresas municipais, regulada pela NCP Contabilidade e Relato Orçamental, a necessidade de dar continuidade ao trabalho de

aperfeiçoamento para o novo normativo contabilístico.

Foram incluídas no perímetro de consolidação do município as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM
- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, EM

- Teatro Circo de Braga, EM, S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, EM

Para melhor interpretação dos números, o presente relatório contém uma breve análise dos principais agregados, de forma a permitir conhecer a situação económico-financeira do grupo e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal. Na situação do Município de Braga, o grupo municipal é constituído exclusivamente pelas empresas municipais.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais

e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

Por sua vez, o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Por fim, importa esclarecer que, em matéria de consolidação de contas, o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”.

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas segue o prescrito no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o SNC-AP -, designadamente o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)

Perímetro de natureza financeira (NCP22)

3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA

Nem todas as entidades participadas integram o Perímetro de Consolidação, tal como estipula, de forma supletiva, o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, excluindo assim as entidades em que não existe controlo ou influência dominante, ou que, não sejam materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha expressividade nas contas da entidade consolidante. A sua

não inclusão não põe em causa o princípio da comparabilidade.

Do ponto de vista da consolidação orçamental, e conforme preconizado na NCP 26, o perímetro é composto pelo Município de Braga e pela empresa municipal Teatro Circo de Braga, EM, uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação financeira identificadas acima não aplicaram a contabilidade orçamental.

3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM, capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é oferecer soluções de mobilidade e conforto na região, satisfazendo e surpreendendo expectativas dos parceiros envolvidos. Tem como principais valores: Conforto e Acessibilidade; Informação e Partilha, Património e Tradição; Transparência e Pertença.

A sua Visão é ser reconhecida no domínio da mobilidade urbana integrada, como elemento distintivo na sociedade em termos de identidade coletiva.

A TUB conta atualmente com 372 funcionários, com cerca de 143 viaturas, tendo, em 2022, transportado cerca de 11.201.603 passageiros, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 15,4 milhões de euros.

3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de Janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

O Município de Braga iniciou um processo de transformação da AGERE em empresa de capitais maioritariamente públicos, alienando 49% do seu capital. Para o efeito, lançou um concurso público destinado a

selecionar o parceiro privado que, em conjunto com a edilidade, explora a atividade de abastecimento público de água, saneamento e higiene e limpeza do município.

A AGERE-EM tem um capital social no valor de 39.000.000 € - C.R.C. Braga, detido a 100% pela Câmara Municipal de Braga até ao dia 22 de Abril de 2005. Neste dia foi efetuada a venda de 49% do capital social ao consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS).

A AGERE-EM conta atualmente com 532 funcionários, com mais de 96.851 clientes e uma faturação anual superior a 32,9 milhões de euros.

3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12 500 000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 21 de Junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

A Bragahabit tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação

social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

A Bragahabit conta atualmente com 88 funcionários tendo, em 2022 atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 1,6 milhões de euros.

3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.

O Teatro Circo de Braga EM,SA, tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.

A empresa conta atualmente com 63 colaboradores, tendo em 2022, realizado um conjunto de 402 atividades para um público total de 89.067 pessoas, tendo atingido um volume de negócios próximo dos 1,4 milhões euros.

3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Braga aprova a mudança da designação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., resultando, posteriormente a alteração dos estatutos da empresa.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- a) atrair investimento para a região, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;

- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- e) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização

- f) Tornar Braga como local de referência para a realização de grandes eventos, como destino preferencial para o Turismo de Negócios;

A InvestBraga conta com 40 colaboradores tendo, em 2022, atingindo um volume de negócios aproximadamente 2,8 milhões de euros.

4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório expõe o exercício de consolidação de contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, no período económico de 2022, representando o esforço de todo o universo municipal de prestação de contas e transparência perante os munícipes e demais utilizadores.

Para conhecer melhor a atividade do município na sua globalidade, será importante a leitura dos relatórios de

atividades e de contas do município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, que agora pode ser complementada com este documento.

Relativamente às entidades controladas que compõem o perímetro de consolidação municipal (e, portanto, reconhecidas pelo método integral), evidenciam-se os seguintes resultados:

4.1. TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

O ano de 2022 ficou ainda marcado pela oferta e melhoria de serviços, que importa realçar o acesso de internet a bordo, renovação da informação estática em cerca de 2000 paragens de autocarros com vista a melhoria da imagem e qualidade da informação prestada aos clientes e, por ultimo, a criação de um novo serviço de transporte flexível a pedido com o objetivo de

assegurar a deslocação de estudantes com necessidades especiais para escolas de referência.

Em termos de desempenho económico-financeiro, verificamos que o resultado líquido do exercício é positivo em cerca de 1,8 milhões de euros.

4.2. Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

Orientando a sua intervenção pela preocupação constante com a eficiência e a eficácia, a AGERE mantém a estratégia de compromisso com a promoção de um serviço de qualidade à comunidade, assumindo a responsabilização permanente em assegurar

os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos, essenciais à qualidade de vida dos cidadãos.

Nos aspetos relevantes da atividade de 2022, destaca-se o selo de qualidade atribuído pela

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos pela qualidade exemplar da água para consumo humano cumprindo os requisitos definidos pelo regulador na prestação de um serviço de qualidade aos utilizadores e pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses classificando a Agere com o melhor resultado económico pelo quinto ano consecutivo no universo das entidades empresariais.

O maior destaque do ano é o visto do Tribunal de Contas aos contratos relativos ao investimento na conceção construção do Emissário e ETAR do Este, num investimento total de 30 milhões de euros com um financiamento comunitário de 9 milhões de euros, que cumpre assim um dos objetivos mais estratégicos para a Agere e para o o Município.

A AGERE apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável, traduzida num volume de negócios de 32,9

milhões de euros, mais 3,14% comparativamente com o ano 2021, e num resultado líquido de 7,8 milhões de euros, mais 11.79% que no ano anterior (6,9 milhões de euros). Prova disso são também os resultados dos principais indicadores económico-financeiros: a margem EBITDA situou-se em 53,44% e a Autonomia Financeira cifrou-se em 50,04%.

O investimento global, em 2022, foi de 5,3 milhões de euros, correspondendo a 29,80% de execução, condicionada pelas disrupções que afetam o mercado da construção civil, decorrentes do aumento anormal dos preços das matérias-primas e materiais, problemas de logística e distribuição a nível mundial, bem como dificuldades na mobilização de recursos humanos a nível nacional.

4.3. Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.

O ano de 2022 foi marcado por um grande pelo dinamismo da Empresa Bragahabit espalhado num conjunto alargados de atividades e de iniciativas em várias frentes e num alargamento da sua esfera de intervenção no seio municipal. Os principais objetivos foram garantir a gestão dos apoios à habitação do Município de Braga e a gestão

de serviços no âmbito da reabilitação urbana bem como a prestação de serviços nas áreas de educação e ação social.

Destaca-se o apoio a 1517 famílias a nível do arrendamento e subarrendamento através do Regime Direto de Apoio ao Arrendamento (RADA) e residências partilhadas,

apresentando um aumento de 22% face ao ano 2021.

A nível de apoio à habitação foram concretizados novos projetos, nomeadamente, Banco de Bens e Equipamentos e Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética.

Importa realçar a melhoria do acesso dos cidadãos aos apoios da BragaHabit através da implementação do simulador RADA e do Balcão Digital que resulta numa análise mais célere e transparente das candidaturas e de todos os processos.

Foi dado seguimento à empreitada de reabilitação integral do Bairro de Santa Tecla no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano tendo -se decido

pela supressão da demolição das Entradas 1,2 e 3 do Bloco 2. Edifício esse que, devidamente reabilitado, dará resposta à lista de espera para arrendamento apoiado.

Por fim destaca-se o Programa Viva ao Bairro, uma parceria da BragaHabit e o Município de Braga que tem como objetivo a intervenção nas comunidades locais no que toca à habitação e identificação das necessidades em territórios prioritários. Os projetos serão propostos pelas associações de moradores e outras entidades locais tendo o projeto um valor global definido de 170 mil euros financias a 100%.

Ao nível do desempenho económico e financeiro, a Bragahabit apresenta em 2022 um resultado líquido positivo de cerca de 108 mil euros.

4.4. Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.

No ano 2022 foi marcado pelo regresso à normalidade na atividade empresarial após dois anos marcados pelas restrições impostas na sequência da pandemia que condicionaram a programação e execução de eventos culturais.

O Teatro Circo assumiu uma responsabilidade de dever público no apoio à reestruturação do setor cultural e criativo. Para tal, foram traçados objetivos ao qual se destacam o

reforço da programação própria do Theatro Circo e do gnracion; promoção do trabalho em rede com entidade parceiras da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses; o desenvolvimento de um programa específico na área das Media Arts com particular atenção no apoio a criadores de projetos artísticos nesta área; e a conclusão da fase de pré-seleção da candidatura a Capital Europeia da Cultura entre outros.

Em 2022 o Teatro Circo realizou 402 atividades para um público total de 89.067 pessoas. Nesta estatística estão contabilizados todos os eventos sob chancela do Teatro Circo: os realizados nos seus espaços, ainda que promovidos por entidades externas, e todos os eventos promovidos por si ou em conjunto com instituições parceiras, ainda que realizados fora do edifício ou online.

Numa análise mais detalhada foram apresentados 196 espetáculos, todos ao vivo,

nas diversas áreas artísticas: 105 de música, 79 de teatro, 10 de dança e 2 de cruzamentos ou outras artes. Foram ainda realizadas 49 sessões de cinema, 23 ações de formação de públicos, 6 exposições e 19 outros eventos, para além de 109 visitas guiadas, sendo 36 para grupos organizados e 73 para o público em geral.

Em termos económico-financeiros, em 2022, o Teatro Circo apresenta um resultado positivo cerca de 105 mil euros.

4.5. InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M.

No decurso do ano de 2022, a Dinamização Económica e Atracção de Investimento desenvolvida pela InvestBraga prestou apoio a 122 projetos de investimento e realizou 260 atendimentos/ reuniões com potenciais investidores. Do total dos projetos acompanhados, 42% são de origem internacional, tendo aumentado o número de investidores que procuram a cidade de Braga para criação e instalação de novos projetos de investimento económico.

No decurso de 2022, e no âmbito do Espaço do Investidor, foram prestados diversos apoios e serviços que procuraram responder as necessidades das empresas, dos empreendedores e dos investidores, nomeadamente:

- i) apoio e esclarecimento sobre os processos de criação de empresas;
- ii) ajuda na procura de espaços de localização das atividades económicas, tendo-se realizado 90 reuniões com facilitadores de investimentos; prestadores de serviços de apoio às empresas e proprietários de oportunidades de investimento;
- iii) apoio ao processo de licenciamento das atividades económicas e outros procedimentos no âmbito da atividade municipal, tendo neste período sido acompanhados e agilizados 24 processos de licenciamento;
- iv) identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais, através do apoio a 35 projetos na procura de fontes

de financiamento, num trabalho realizado em estreita ligação com os nossos parceiros estratégicos e de apoio à gestão;

Em termos financeiros, o exercício 2022 encerra com um resultado positivo em cerca de 8 mil euros.

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

A presente análise foi elaborada tendo em conta a situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de dezembro de 2022.

5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se que o Grupo Municipal gerou um total de **Gastos** no montante de **171 milhões de euros** e de **Rendimentos** no valor de **170,6 milhões de euros**, obtendo-se um **Resultado Líquido do Exercício dos detentores de capital da entidade mãe** negativo de **-1,7 milhões de euros**.

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados

	2022	2021
Rendimentos		
Impostos, contribuições e taxas	66 319 763,67	63 681 583,51
Vendas	8 537 512,68	8 138 904,82
Prestações de serviços e concessões	33 965 169,19	31 318 328,44
Rendimentos/Gastos imputados de ent. contr., associadas e empreend. conj.	528,70	19 441,94
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 344 374,53	38 122 750,37
Trabalhos para a própria entidade	1 141 317,58	948 888,59
Imparidade de dívidas a receber (reversões)		61 142,32
Provisões	229 050,71	
Juros e rendimentos similares obtidos	213 617,93	181 026,11
Outros rendimentos	12 811 771,98	8 413 418,64
Gastos	170 563 106,97	150 885 484,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 524 487,45	3 658 360,39
Fornecimentos e serviços externos	47 551 008,37	37 953 725,17
Gastos com pessoal	62 084 239,83	57 190 378,32
Transferências e subsídios concedidos	11 727 447,54	13 723 056,83
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	485 299,64	0
Provisões (aumentos/reduções)		755 383,21
Outros gastos	11 559 962,10	6 486 994,33
Gastos/reversões de depreciação e amortização	32 409 445,73	23 063 591,85
Juros e gastos similares suportados	699 004,02	604 586,79
Resultado líquido do período	171 040 894,68	143 436 076,89
	-477 787,71	7 449 407,85
Interesses que não controlam	1 264 362,42	3 416 315,27
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital da entidade mãe	-1 742 150,13	4 033 092,58

5.1.1. Análise da Estrutura dos Gastos

O quadro infra reflete os gastos incorridos pelo grupo nos anos de 2021 e 2022 e respectivas variações absolutas e relativas.

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Gastos Consolidados

Descrição	2021	2022	Peso	Variação 2021/2022	Variação 2021/2022%
CMVMC	3 658 360	4 524 487	2,65%	866 127	23,68%
Fornecimentos e serviços externos	37 953 725	47 551 008	27,80%	9 597 283	25,29%
Gastos com o pessoal	57 190 378	62 084 240	36,30%	4 893 862	8,56%
Transferências e subsídios concedidos	13 723 057	11 727 448	6,86%	-1 995 609	-14,54%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23 063 592	32 409 446	18,95%	9 345 854	40,52%
Provisões	755 383	0	0,00%	-755 383	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	604 587	699 004	0,41%	94 417	15,62%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	485 299,64	0,28%	485 300	-
Outros gastos	6 486 994	11 559 962	6,76%	5 072 968	78,20%
Total	143 436 076	171 040 895	100%	27 604 819	19,25%

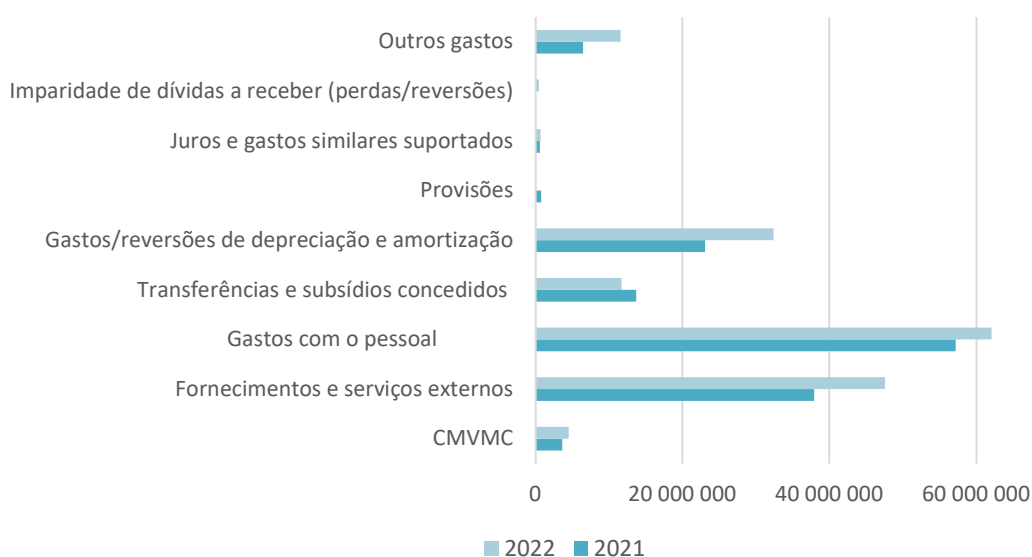
Como verificamos da análise do quadro acima, das oscilações entre os períodos homólogos (2021-2022), realça-se os seguintes pontos, por ordem de grandeza:

- (i) **o aumento de 9,6 milhões de euros registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos** – decorrente dos aumentos registados nas demonstrações financeiras individuais do grupo público consolidado e, em especial, da entidade mãe. Esta variação deve ser interpretada tendo em consideração os seguintes fatores:
- a retoma do programa educativo, cultural e desportivo, no exercício de 2022, em virtude do regresso à normalidade em termos contenção e distanciamento social verificados nos anos anteriores, como medidas de prevenção de saúde pública;
 - o recebimento da competência na área da educação da administração central, em abril de 2022, com efeitos significativos em termos de massa salarial e dos bens e serviços adquiridos no exercício em prestação;
 - por fim, mas não menos importante, refira-se a inflação verificada no período de reporte, com reflexo nos preços contratados.

- (ii) **o aumento de 9,3 milhões de euros em gastos de depreciação e amortização** - esta variação deve ser interpretada tendo em consideração, quer o ajustamento das vidas úteis (e, portanto, taxas de depreciação e amortização) dos bens municipais de acordo com o classificador complementar 2, integrante do novo referencial contabilístico, quer o aumento dos ativos fixos tangíveis registado no exercício;
- (iii) **aumento dos outros gastos em 5,1 milhões de euros**, justificado pelo aumento registado nas demonstrações financeiras individuais do grupo público consolidado e, em especial, da entidade mãe.
- (iv) **gastos com o pessoal em 4,9 milhões de euros** - este crescimento é justificado pelas reposições salariais, valorizações remuneratórias resultantes do SIADAP, aumento do número de colaboradores, atualização do salário mínimo nacional e das restantes posições remuneratórias e os respetivos encargos sociais, bem como ao pagamento da sentença condenatória relativa às horas extraordinárias do ano de 2015, refletidos na empresa mãe. Ainda no que concerne aos gastos com pessoal da entidade mãe, sublinhe-se que este aumento reflete, de igual modo, a integração do pessoal não docente das escolas municipais, por via da delegação de competências operada no exercício.

De forma a permitir uma análise visualmente mais facilitadora é apresentado a figura seguinte que ilustra a evolução comparativa dos gastos consolidados.

Figura 1- Comparativo da Estrutura de Gastos Consolidados



5.1.2. Análise da Estrutura dos Rendimentos

Por comparação com o período homólogo, o grupo municipal regista em 2022 um aumento global dos seus **rendimentos** em **19,7 milhões de euros**, o que significa, em termos percentuais, um aumento de 13 %.

Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos Consolidados

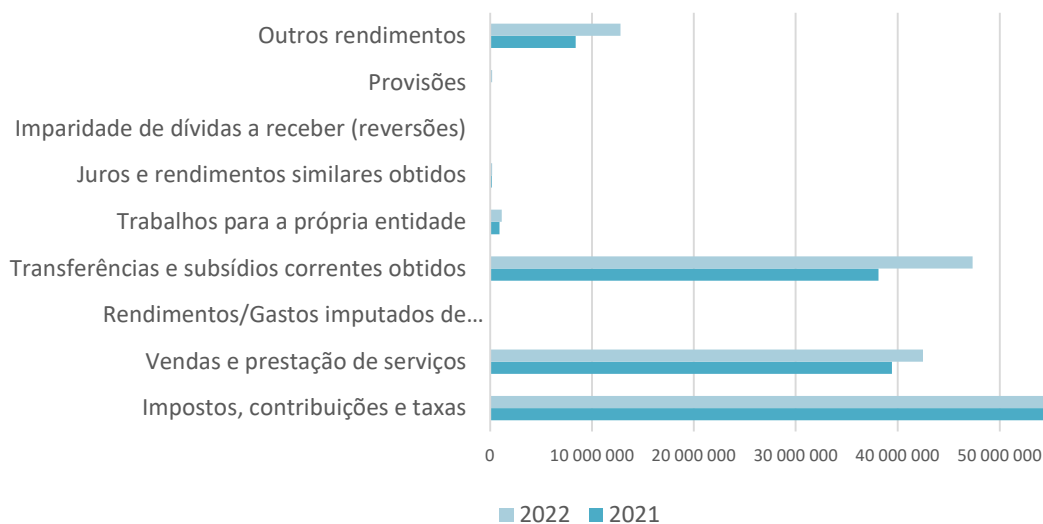
Descrição	2021	2022	Peso	Variação 2021/2022	Variação 2021/2022 %
Impostos, contribuições e taxas	63 681 584	66 319 764	38,88%	2 638 180	4,14%
Vendas e prestação de serviços	39 457 233	42 502 682	24,92%	3 045 449	7,72%
Rendimentos/Gastos imputados entidades controladas, associadas e emp.conj.	19 442	529	0,00%	-18 913	-97,28%
Transferências e subsídios correntes obtidos	38 122 750	47 344 375	27,76%	9 221 625	24,19%
Trabalhos para a própria entidade	948 889	1 141 318	0,67%	192 429	20,28%
Juros e rendimentos similares obtidos	181 026	213 618	0,13%	32 592	18,00%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	61 142	0	0,00%	-61 142	-100,00%
Provisões	0	229 051	0,13%	229 051	-
Outros rendimentos	8 413 419	12 811 772	7,51%	4 398 353	52,28%
Total	150 885 485	170 563 107	100%	19 677 622	13,04%

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) **o aumento da rubrica imposto, contribuições e taxas em aproximadamente 2,6 milhões de euros**— resulta da variação contabilizada globalmente nas demonstrações financeiras individuais do grupo consolidado.
- (ii) **o aumento da rubrica de vendas e prestações de serviços, na proporção de 3,0 milhões de euros**, como resultado, em grande medida, dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do grupo autárquico.
- (iii) **o aumento na rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos de 9,2 milhões de euros** – como resultado, em grande medida, dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município, por recebimento da transferência de competências na área da educação, preconizada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A figura seguinte ilustra a evolução comparativa dos proveitos consolidados do grupo.

Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados



O resultado líquido do exercício atribuível aos detentores de capital da entidade mãe é de - 1 742 150,13 €. Por comparação com o período homólogo, verifica-se uma diminuição do resultado atribuível aos detentores de capital da entidade-mãe, cujas explicações se descrevem acima, na análise da estrutura de gastos.

5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

Através da análise do balanço é possível apreciar a situação financeira do grupo municipal a 31 de dezembro de 2022, conforme determinam as normas de consolidação de contas autárquicas. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial deste Município nos exercícios de 2021 e 2022.

	2021	2022
Ativos fixos	641 884 665	807 489 071
Inventários	1 343 857	1 623 406
Devedores diversos	45 406 922	31 869 676
Disponibilidades	7 323 592	9 459 738
Diferimentos	2 498 148	2 453 131
ATIVO	698 457 185	852 895 023
Património	192 159 694	192 159 694
Ajustamentos em ativos financeiros	3 435 193	3 000 069
Prémios de emissão	389 704	389 704
Reservas	13 353 881	13 898 190
Resultados transitados	178 161 154	369 918 110
Outras variações no PL	131 079 342	116 057 152
Resultado líquido do exercício	4 033 093	-1 742 150
Interesses que não controlam	39 009 383	21 698 656
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	561 621 444	715 379 425
Provisões	5 910 472	6 841 381
Financiamentos obtidos	51 930 411	64 115 653
Diferimentos	5 964 500	10 359 593
Credores diversos	73 030 358	56 198 971
PASSIVO	136 835 741	137 515 598
PATRIMÓNIO LÍQUIDO + PASSIVO	698 457 185	852 895 023

O ativo apresenta um aumento do ano 2021 para 2022 no valor de 154,4 milhões de euros. Por sua vez, o passivo do grupo mantém-se praticamente inalterável com uma variação de 680 mil euros.

Sublinhe-se o aumento do património líquido no valor de 153,8 milhões de euros, que contraria a apresentação de um resultado líquido do exercício negativo no valor aproximado de 1,7 milhões de euros.

As figuras que se seguem permitem uma melhor visualização dos membros do balanço, assim como da evolução distributiva das respetivas rubricas, no biénio 2021-2022.

Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado

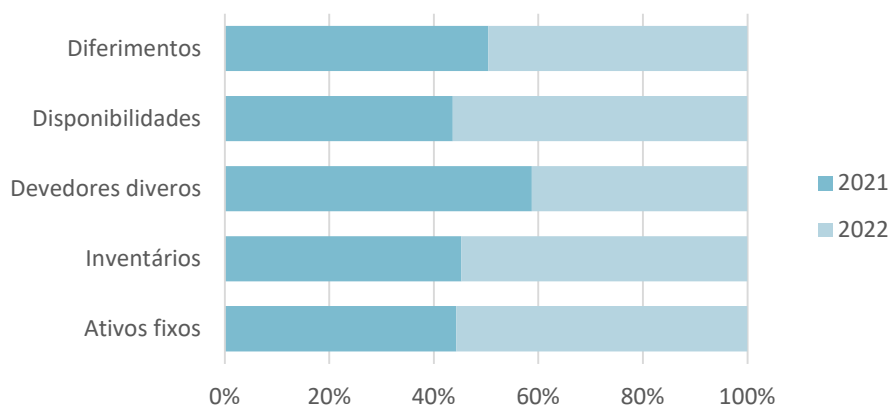
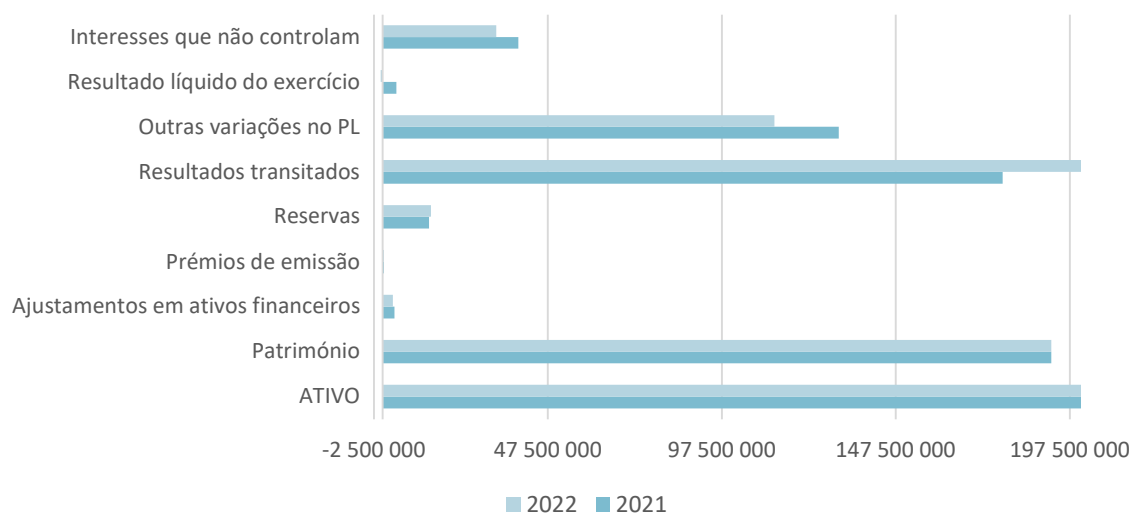


Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado



5.3. Indicadores de Análise

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2022, os indicadores liquidez geral e liquidez reduzida apresentam uma evolução desfavorável, com especial relevo para o rácio de liquidez geral (que incide sobre a capacidade de fazer face às responsabilidades de curto prazo) que apresenta uma variação negativa em 0,23 p.p.. Destaca-se o ligeiro aumento da liquidez imediata resultante do aumento dos meios financeiros líquidos no valor de 2,1 milhões de euros.

Quadro 4 – Rácios de Liquidez

	2021	2022
Ativo Circulante	56 572 519,69	45 405 951,48
Passivo Circulante	64 752 587,95	70 141 632,69
Liquidez Geral (LG)	0,87	0,65
Ativo Circulante-Inventários	55 228 662,38	43 782 545,73
Passivo Circulante	64 752 587,95	70 141 632,69
Liquidez Reduzida (LR)	0,85	0,62
Meios Financeiros Líquidos	7 323 592,01	9 459 738,39
Passivo Circulante	64 752 587,95	70 141 632,69
Liquidez Imediata (LI)	0,11	0,13

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre o Património Líquido e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2021 e 2022 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios.

Podemos destacar que o rácio de autonomia financeira de 2021 para 2022 teve um acréscimo de 3,47 p.p., no entanto deverá manter-se uma política económica mais conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

Quadro 5 – Rácios de Solvabilidade

Rácios de Solvabilidade	2021	2022
Autonomia Financeira	80,41%	83,88%
Rácio de Solvabilidade	4,10	5,20
Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios	24,36%	19,22%

No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é possível concluir que o grupo tem reduzido de forma substancial o seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

Quadro 6 – Rácios de Endividamento

Rácios de Endividamento	2021	2022
Rácio de Endividamento	19,59%	16,12%
Rácio de Endividamento Não Corrente	10,32%	7,90%
Rácio de Endividamento Corrente	9,27%	8,22%

Os rácios de endividamento são apresentados com uma ligeira diminuição percentual de 2021 para 2022. Destaca-se o rácio de endividamento de longo prazo que apresenta uma diminuição de 2,42 p.p.

5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 137 515 597,64€, líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado.

	2022	2021
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	6 841 380,81	5 910 472,37
Financiamentos obtidos	45 810 033,35	51 930 410,66
Fornecedores de investimento	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Diferimentos	4 168 179,99	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00
Outras contas a pagar	10 554 370,80	14 242 269,97
	67 373 964,95	72 083 153,00
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	11 000,00	58 920,00
Fornecedores	12 594 381,62	11 671 035,66
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	550 969,23	549 147,39
Estado e outros entes públicos	2 381 900,69	1 306 471,30
Acionistas/sócios/associados	5 869 138,57	6 015 641,86
Financiamentos obtidos	18 305 619,41	20 213 811,17
Fornecedores de investimentos	4 671 973,43	2 835 646,90
Outras contas a pagar	19 565 236,38	16 137 413,82
Diferimentos	6 191 413,36	5 964 499,85
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00
	70 141 632,69	64 752 587,95
Total do Passivo	137 515 597,64	136 835 740,95

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6.1. Balanço Consolidado

	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	775 022 866,66	611 329 255,93
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3	906 050,13	1 131 891,95
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		11 392 900,25	12 264 997,99
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		128 519,85	97 042,79
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber	23	20 038 734,31	17 061 476,72
		807 489 071,20	641 884 665,38
Ativo corrente			
Inventários	10	1 623 405,75	1 343 857,31
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23	3 777 726,14	4 787 941,09
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	23	2 280 912,10	5 470 831,31
Estado e outros entes públicos	23	788 564,86	2 385 998,80
Acionistas/sócios/associados		1 500 000,00	0,00
Outras contas a receber	23	23 522 473,20	32 762 150,72
Diferimentos		2 453 131,04	2 498 148,45
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.5	9 459 738,39	7 323 592,01
		45 405 951,48	56 572 519,69
Total do Ativo		852 895 022,68	698 457 185,07

	Notas	2022	2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		192 159 694,49	192 159 694,49
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		389 703,72	389 703,72
Reservas		13 898 190,22	13 353 881,49
Resultados transitados		369 918 109,76	178 161 153,70
Ajustamentos em ativos financeiros		3 000 069,01	3 435 193,11
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		116 057 151,64	131 079 342,45
Resultado líquido do período		-1 742 150,13	4 033 092,58
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		21 698 656,32	39 009 382,57
Total do Património Líquido		715 379 425,04	427 106 908,55
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	6 841 380,81	5 910 472,37
Financiamentos obtidos	7	45 810 033,35	51 930 410,66
Fornecedores de investimento		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		4 168 179,99	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar	23	10 554 370,80	14 242 269,97
		67 373 964,95	72 083 153,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		11 000,00	58 920,00
Fornecedores	23	12 594 381,62	11 671 035,66
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	23	550 969,23	549 147,39
Estado e outros entes públicos	23	2 381 900,69	1 306 471,30
Acionistas/sócios/associados		5 869 138,57	6 015 641,86
Financiamentos obtidos	7	18 305 619,41	20 213 811,17
Fornecedores de investimentos	23	4 671 973,43	2 835 646,90
Outras contas a pagar	23	19 565 236,38	16 137 413,82
Diferimentos		6 191 413,36	5 964 499,85
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		70 141 632,69	64 752 587,95
Total do Passivo		137 515 597,64	136 835 740,95
Total do Património Líquido e Passivo		852 895 022,68	698 457 185,07

6.2. Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	23	66 319 763,67	63 681 583,51
Vendas	23	8 537 512,68	8 138 904,82
Prestações de serviços e concessões	23	33 965 169,19	31 318 328,44
Rendimentos/Gastos imputados de entidades contr., assoc. e empreend. conj.	23	528,70	19 441,94
Transferências e subsídios correntes obtidos	23	47 344 374,53	38 122 750,37
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	23	1 141 317,58	948 888,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-4 524 487,45	-3 658 360,39
Fornecimentos e serviços externos	23	-47 551 008,37	-37 953 725,17
Gastos com pessoal	23	-62 084 239,83	-57 190 378,32
Transferências e subsídios concedidos	23	-11 727 447,54	-13 723 056,83
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-485 299,64	61 142,32
Provisões (aumentos/reduções)	23	229 050,71	-755 383,21
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	23	12 811 771,98	8 413 418,64
Outros gastos	23	-11 559 962,10	-6 486 994,33
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		32 417 044,11	30 936 560,38
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23	-32 409 445,73	-23 063 591,85
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		7 598,38	7 872 968,53
Juros e rendimentos similares obtidos	23	213 617,93	181 026,11
Juros e gastos similares suportados	23	-699 004,02	-604 586,79
Resultados antes de impostos		-477 787,71	7 449 407,85
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-477 787,71	7 449 407,85
Interesses que não controlam		1 264 362,42	3 416 315,27
Resultado Líquido do Período atribuível a detentores do capital da empresa-mãe		-1 742 150,13	4 033 092,58

6.3 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Município de Braga
Fluxos de caixa consolidado

Rubricas	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		49 239 023,92	47 281 928,46
Recebimentos de contribuintes		55 807 946,65	60 212 824,58
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		42 124 041,53	30 164 443,34
Recebimentos de utentes		1 336 871,19	206 002,35
Pagamentos a fornecedores		-56 437 931,22	-45 621 131,79
Pagamentos ao pessoal		-57 980 418,64	-51 742 760,27
Pagamentos a contribuintes / Utes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-16 684 261,72	-22 014 769,63
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		17 405 271,71	18 486 537,04
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-1 679 668,25	-1 547 719,97
Outros recebimentos		13 054 013,65	3 563 570,70
Outros pagamentos		-5 210 632,15	-9 661 238,78
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		23 568 984,96	10 841 148,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		-20 365 241,68	-14 274 976,44
Ativos intangíveis		-1 346,85	-1 082 314,71
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-3 355,08	-212 591,72
Outros ativos		-1 249 999,92	-877 211,27
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		3 185 141,36	4 162 483,06
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		161,28	264 430,19
Outros ativos		5 500,00	0,00
Subsídios ao investimento		6 780 820,49	5 782 836,71
Transferências de capital		1 469 324,84	2 169 633,34
Juros e rendimentos similares		185,63	226,61
Dividendos		49 107,36	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-10 129 702,57	-2 964 422,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		22 802 320,00	23 136 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		71 300,23	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		1 224,17	0,00

Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		-30 939 568,58	-26 914 987,47
Juros e gastos similares		-546 406,18	-424 775,33
Dividendos		-2 692 005,65	-1 341 525,01
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-11 303 136,01	-6 648 349,91
		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 136 146,38	1 228 376,95
Efeito das diferenças de câmbio		-88,25	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 323 592,01	6 095 215,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 459 738,39	7 323 592,01
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 323 592,01	6 095 215,06
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	-1 874 798,30
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	1 874 798,30
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		7 323 592,01	6 095 215,06
De execução orçamental		4 014 418,51	3 429 150,92
De operações de tesouraria		3 309 173,50	2 666 064,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 459 738,39	7 323 592,01
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	-2 551 491,66
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		0,00	2 551 491,66
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		9 459 738,39	7 323 592,01
De execução orçamental		5 448 389,40	4 014 418,51
De operações de tesouraria		4 011 348,99	3 309 173,50

6.4 Demonstração consolidada das alterações no património líquido

Descrição	Notas	Capital/Património subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	192 159 694,49	-	-	389 703,72	13 353 881,49	178 161 153,70	3 435 193,11	-	131 079 342,46	4 033 092,58	522 612 061,55	39 009 382,57	561 621 444,12
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	176 030 852,04	-	-	(10 747 999,62)	-	165 282 852,42	-	165 282 852,42
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	-	544 308,73	15 726 104,02	(435 124,10)	-	(4 274 191,20)	(4 033 092,58)	7 528 004,88	(18 575 088,67)	(11 047 083,79)
	(2)	-	-	-	-	544 308,73	191 756 956,06	(435 124,10)	-	(15 022 190,82)	(4 033 092,58)	172 810 857,30	(18 575 088,67)	154 235 768,63
Resultado Líquido do Período	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 742 150,13)	(1 742 150,13)	1 264 362,42	(477 787,71)
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5 775 242,71)	171 068 707,17	(17 310 726,25)	153 757 980,92
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital/património		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	192 159 694,49	-	-	389 703,72	13 898 190,22	369 918 109,76	3 000 069,01	-	116 057 151,64	(1 742 150,13)	693 680 768,72	21 698 656,32	715 379 425,04

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Turismo do Porto e Norte de Portugal
	Associação de Municípios de fins específicos
	Quadrilátero Urbano
	Associação de Turismo do Porto
	Fundação Serralves

1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.

1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Designação	Investimento financeiro
ABC de Braga-Andebol SAD	0€
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	126.490,83€
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	7.913.668,42€

- **ABC**

O município não obteve tempestivamente os documentos de prestação de contas, para efeitos da atualização do valor da participação financeira.

- **SGEB, SA**

A metodologia seguida no âmbito do processo relativo às participações não municipais na SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. (SGEB) que foi objeto de deliberação dos órgãos municipais (sessão da AM de 4 de dezembro de 2020) de liquidação por transmissão global do património para o Município de Braga, subscrito por minuta de acordo de credores, não obteve o sentido de dissolução pretendido, não somente na dimensão de defesa do interesse público, mas também no alcance dos princípios da eficiência e eficácia pretendido, situação que conduziu à desistência do pedido de fiscalização prévia.

Não obstante, como tem sido publicamente assumido pelo Sr. Presidente, o Município de Braga não alterou a sua pretensão de concretizar a internalização do objeto social da sociedade nos serviços municipais, reiterando que a sua intenção é, e continua a ser, a administração direta dos ativos da sociedade.

Assim, à luz do normativo habilitante atualmente aplicável, artigo 166.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2023, é permitido aos municípios, durante o ano de 2023, adquirir a totalidade das participações sociais das sociedades comerciais em que tenham participação com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos seus serviços das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada, que é o caso da SGEB.

- **BRAVAL, SA**

A BRAVAL corporiza um Sistema Multimunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos, tendo celebrado em 9 de outubro de 1996 um Contrato de Concessão com o Estado Português, entretanto objeto

de atenção, orientação e intervenção pelo despacho do Senhor Secretário de Estado do Ambiente n.º 32/SEAMB/2018, de 26 de junho, na sequência do qual foi constituído um grupo de trabalho que integrou elementos do Gabinete de Sua Excelência o Secretário do Ambiente, da Entidade Reguladora dos Sistemas de Águas e Resíduos, da BRAVAL, da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para transformação da estrutura acionista e natureza do sistema.

Nesta sequência, o Grupo de Trabalho elaborou um Relatório, nos termos do qual coube à BRAVAL promover as medidas tendentes à regularização dessa estrutura acionista e a execução das ações conducentes ao término da concessão, bem como a promoção das ações para constituição de um sistema intermunicipal.

Por conseguinte, encontram-se em curso ações subjacentes ao termo da vigência do contrato de concessão, em sucedâneo com a constituição de sistema intermunicipal de gestão de serviços de resíduos urbanos, e consequente regularização acionista da BRAVAL.

1.4) Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, a saber: Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM, BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM, IB – Agência para a Dinamização Económica, EM, TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM e Teatro Circo de Braga, EM.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, património líquido, gastos e rendimentos. Foi eliminada a quantia escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses que não controlam nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do património líquido do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, gastos e rendimentos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

1.5) Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

Conta	2022	2021
Caixa	45 496,52	46 481,19
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	5 803 484,43	4 549 161,04
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	27 695,15	27 695,15
Depósitos consignados	3 583 062,29	2 700 254,63
Total	9 459 738,39	7 323 592,01

Nota II - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade e para o grupo, sempre que a informação esteve tempestivamente disponível.

Nos movimentos de 2022:

- i) **ativos fixos tangíveis** - todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.
- ii) **ativos intangíveis** - todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.
- iii) **participações financeiras** - também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo ou pelo método da equivalência patrimonial.
- iv) **depreciações e amortizações** - correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência.

- v) contas a receber** - as contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.
- vi) inventários** - a mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Nota III – Ativos intangíveis

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	72 842,59	71 865,11	0,00	977,48	492 052,04	212 565,10	0,00	279 486,94
Programas de computador e sistemas de informação	5 868 464,30	5 220 805,68	0,00	647 658,62	5 966 674,70	5 459 850,02	0,00	506 824,68
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	45 716,60	0,00	0,00	45 716,60
Ativos intangíveis em curso	483 255,85	0,00	0,00	483 255,85	74 021,91	0,00	0,00	74 021,91
Total	6 424 562,74	5 292 670,79	0,00	1 131 891,95	6 578 465,25	5 672 415,12	0,00	906 050,13

Nota IV – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental. Este contrato refere-se somente ao Município de Braga.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, SA	----	20 Anos	----	----	----	----
Conceção Construção e Concessão de Exploração do Tanatório de Braga	Tomás de Oliveira, Empreiteiros, S.A. E Toelta - Gestão de Investimentos e Concessões, S.A em Consórcio de Braga	Após entrada em funcionamento	30 Anos	3% do valor da faturação			

O município não aplicou a NCP 4, a qual requeria que se efetuasse o registo de todos os ativos incluídos na concessão (e registados pela concessionária como ativo intangível) no ativo fixo tangível municipal. Tal não foi possível por falta de informação da concessionária acerca dos bens incluídos na concessão, e com o necessário rigor e detalhe, para o município poder efetuar os correspondentes registos contabilísticos, nos termos previstos no normativo aplicável (NCP 4).

Nota V – Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	27 612 342,82	598,56	0,00	27 611 744,26	46 481 374,29	0,00	0,00	46 481 374,29
Edifícios e outras construções	19 820 947,65	6 604 805,39	0,00	13 216 142,26	10 908 331,26	6 363 053,33	0,00	4 545 277,93
Infraestruturas	259 795 683,94	190 034 986,99	0,00	69 760 696,95	411 898 673,87	151 943 537,25	0,00	259 955 136,62
Património histórico, artístico e cultural	200 525,57	74 824,68	0,00	125 700,89	337 054,63	74 824,68	0,00	262 229,95
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	307 429 499,98	196 715 215,62	0,00	110 714 284,36	469 625 434,05	158 381 415,26	0,00	311 244 018,79
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	98 479 568,27	0,00	0,00	98 479 568,27	100 594 261,00	620 821,31	0,00	99 973 439,69
Edifícios e outras construções	328 660 795,92	62 322 244,25	0,00	266 998 501,02	343 993 993,82	109 603 479,94	0,00	234 390 513,88
Equipamento básico	207 800 457,61	106 359 336,40	263 910,49	100 515 367,86	209 219 924,64	112 963 439,70	263 910,49	95 992 574,45
Equipamento de transporte	12 403 616,07	8 596 730,77	0,00	3 806 885,30	14 093 869,21	9 429 691,92	0,00	4 664 177,29
Equipamento administrativo	13 730 725,39	11 606 613,04	0,00	2 124 112,35	14 850 000,06	12 534 326,47	0,00	2 315 673,59
Equipamentos biológicos	6 065,74	5 461,63	0,00	604,11	6 065,74	5 674,71	0,00	391,03
Outros	3 526 525,42	2 597 449,29	0,00	929 076,13	4 110 662,82	2 933 791,52	0,00	1 176 871,30
Ativos fixos tangíveis em curso	27 760 856,53	0,00	0,00	27 760 856,53	25 264 727,38	0,00	0,00	25 264 727,38
	692 368 610,95	191 487 835,38	263 910,49	500 614 971,57	712 133 504,67	248 091 225,57	263 910,49	463 778 368,61
	999 798 110,93	388 203 051,00	263 910,49	611 329 255,93	1 181 758 938,72	406 472 640,83	263 910,49	775 022 387,40

Nota VI – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

O passivo elegível dos bens em regime de locação financeira à data, para cada categoria de ativo, detalha-se de seguinte forma:

	2022	2021
Equipamento básico	2 827 865,95 €	4 207 622,87 €
Equipamento do transporte	2 285 586,54 €	1 997 931,44 €
Outros imobilizações corpóreas	- €	- €
Total	5 113 452,49 €	6 205 554,31 €

Nota VII – Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

	2022	2021
Empréstimos bancários		
Passivo corrente	18 305 619,41 €	20 213 811,17 €
Passivo não corrente	45 810 033,35 €	51 930 410,66 €
Total	64 115 652,76 €	72 144 221,83 €

Nota X – Inventários

10.1 Inventários

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o detalhe da rubrica de Inventários consolidados é o seguinte:

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	11 544,78 €	- €	11 544,78 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 611 860,97 €	- €	1 611 860,97 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total	1 623 405,75 €		1 623 405,75 €

10.2 Inventários – Movimentos do Período

Rubricas	Quantia escriturada Inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9) = (1)+ (2) - (3) - /+ (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
		Compras líquidas (2)	Consumos/ gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por Imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	13 349,08 €	5 643,24 €	4 065,65 €	- €	- €	- €	3 381,89 €	- €	11 544,78 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 330 508,23 €	4 753 606,36 €	4 520 421,80 €	- €	- €	- €	- €	48 168,18 €	1 611 860,97 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 343 857,31 €	4 759 249,60 €	4 524 487,45 €	- €	- €	- €	3 381,89 €	- €	1 623 405,75 €

Nota XV – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 encontram-se registados os valores de provisões constituídas para as seguintes contingências:

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a cliente										
Processos judiciais em curso	5 910 472,37 €	1 159 959,15 €			1 159 959,15 €		229 050,71 €		229 050,71 €	6 841 380,81 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	5 910 472,37 €	1 159 959,15 €			1 159 959,15 €		229 050,71 €	- €	229 050,71 €	6 841 380,81 €

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso e após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 6,8 milhões de euros, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao grupo consolidado.

Para efeitos de divulgação, apresenta-se de seguida os passivos contingentes do município de Braga:

Natureza	Descrição	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo
Ação Administrativa Comum	1122/05.7BEBRG	2 745 033,51 €	30/06/2022
Ação Administrativa Comum	1327/12.4BEBRG	30 000,01 €	30/06/2022
Ação Administrativa Comum	1259/06.5BEBRG	3 340 040,85 €	30/06/2022
Ação Administrativa Especial	1228/12.6BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa Especial	1141/13.0BEBRG-A	30 000,01 €	22/10/2021
Declaração de Ineficácia de Ato	1954/13.2BEBRG	30 000,01 €	30/06/2022
Ação Administrativa Comum	2043/11.0BEBRG	678 488,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa Comum	3260/15.9BEBRG	2 249 340,67 €	30/06/2022
Ação Administrativa Especial	1292/11.5BEBRG	15 000,00 €	
Ação Administrativa	1558/20.3BEBRG	1 942,50 €	
Ação Administrativa Comum	1891/12.8BEBRG	247 039,90 €	30/06/2022
Ação Administrativa Comum	1167/13.3BEBRG	8 112,87 €	30/06/2022
Responsabilidade Civil Extracontratual	1/14.1BEBRG	32 217,43 €	30/06/2022
Ação Administrativa	1467/18.6BEBRG	282 976,25 €	30/06/2022
Ação Administrativa	1354/18.8BEBRG	8 000,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa	1221/18.5BEBRG	5 000,01 €	30/06/2022
Impugnação	438/14.6BEBRG	151 873,74 €	30/06/2022
Ação Administrativa Comum	1898/14.0BEBRG	100 000,00 €	
Ação Administrativa Comum	2830/14.7BEBRG	7 500,00 €	16/07/2021
Ação Administrativa Comum	244/15.0BEBRG	90 000,00 €	03/01/2021
Responsabilidade Civil Extracontratual	187/15.8BEBRG	90 026,69 €	30/06/2022
Impugnação	176/18.0BEBRG	1 500,00 €	30/06/2022
Impugnação	1768/15.5BEBRG	66 147,20 €	
Ação Administrativa	15/16.7BEBRG	7 024,30 €	
Ação Administrativa	454/16.3BEBRG	18 022,24 €	
Ação Administrativa	198/17.9BEBRG	791 833,33 €	
Ação Administrativa	17/16.3BEBRG	15 000,01 €	
Impugnação	2671/17.0BEBRG	30 000,01 €	30/06/2022
Ação Administrativa	1357/16.7BEBRG	8 000,00 €	
Ação Administrativa	923/17.8BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1622/17.6BEBRG	581 489,56 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	1818/17.0BEBRG	41 838,98 €	31/03/2022
Ação Administrativa	2737/17.6BEBRG	6 367 329,26 €	
Ação Administrativa	2717/15.6BEBRG	8 946,40 €	
Ação Administrativa	2454/17.7BEBRG	12 589,00 €	
Ação Administrativa	5924/17.3T8BRG	30 000,01 €	30/06/2022
Impugnação	2774/17.0BEBRG	30 000,01 €	31/12/2022
Ação Administrativa	973	30 000,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa	2074/18.9BEBRG	5 000,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa	2287/18.3BEBRG	30 000,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa	2277/18.6BEBRG	3 620,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa	2351/18.9BEBRG	5 323,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa	2420/18.5BEBRG	1 630,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa	2473/18.6BEBRG	1 811,69 €	30/06/2022
Ação Administrativa	1814/16.5BEBRG	30 000,01 €	30/06/2022
Ação Administrativa	13/17.3BEBRG	30 000,00 €	30/06/2022
Ação Administrativa	21/17.4BEBRG	545 054,52 €	
Ação Administrativa	301/17.9BEBRG	2 867 682,80 €	
Ação Administrativa	646/17.8BEBRG	30 000,00 €	
Ação Administrativa	669/17.7BEBRG	30 000,01 €	

Ação Administrativa	841/17.0BEBRG	31 273,55 €	
Ação Administrativa	868/17.1BEBRG	30 000,01 €	
Impugnação	876/17.2BEBRG	71 952,66 €	30/06/2022
Ação Administrativa	976/17.9BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	1326/17.0BEBRG	30 001,00 €	
Ação Administrativa	177/21.1BEBRG	30 001,00 €	
Ação Administrativa	15/21.5BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1128/17.3BEBRG	5 598,40 €	
Ação Administrativa Comum	734/17.0BRBRG	7 500,00 €	30/06/2022
Ação de Indemnização	47/18.0BEBRG	7 950,00 €	30/06/2022
Expropriação	266/12.3TBARG	165 579,66 €	
Impugnação	569/20.3BEBRG	3 228,88 €	
Impugnação	1953/18.8BEBRG	140 795,00 €	30/06/2021
Providência Cautelar	2844/18.8BEBRG	7 500,00 €	
Ação Administrativa	170/19.4BEBRG	210 663,76 €	30/06/2022
Ação Administrativa	223/19.9BEBRG	30 000,01 €	30/06/2022
Ação Administrativa	697/19.8BEBRG	450 000,00 €	30/06/2022
Expropriação	2460/20.4T8BRG	30 000,01 €	
AA	118/19.2BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	1174/19.2BEBRG	30 000,01 €	30/06/2022
Processo Executivo	444/13.8T8BTBTVR		30/06/2022
Ação Administrativa	2003/19.2BEBRG	15 000,00 €	30/06/2022
Ação de Indemnização	6076/19.0T8BRG	56 161,73 €	30/06/2022
Ação Administrativa	2223/18.7BEBRG	30 000,01 €	
Contra Ordenação	992/2016	275€ A 27 500€	
Contra Ordenação	991/2016	275€ A 44 000€	
Contra Ordenação	995/2016	370€ A 44 000€	
Contra Ordenação	996/2016	370€ A 44 000€	
Ação Administrativa	878/18.1BEBRG	30 000,01 €	
Expropriação	3133/18.3T8BRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1009/18.3BEBRG	82 350 000,00 €	
Ação Administrativa	2220/18.2BEBRG	42 452,37 €	
Ação Administrativa	2222/18.9BEBRG	2 028 218,94 €	
Ação Administrativa	2232/18.6BEBRG	30 000,01 €	
Ação de Processo Comum	7129/18.7T8BRG	109 210,00 €	
Ação Administrativa	2271/19.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	2235/18.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	160/20.4BEBRG	5 056,85 €	
Ação de Processo Comum	288/20.0T8BRG	50 000,01 €	
Ação Administrativa	2231/18.8BEBRG	1 250 000,00 €	
Ação Administrativa	2229/18.6BEBRG	1 900 000,00 €	
Contraordenação	20/21.1EABRC	€1.000,00 a € 30.000,00	
Ação Administrativa	634/21.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1102/21.5BEPRT	462 558,25 €	
Contraordenação	1-328-2021	€ 24.000,00 a € 240.000,00	
Ação Administrativa	978/21.0BEBRG	4 087,19 €	
Ação Administrativa	1024/21.0BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	1128/21.9BEBRG	30 000,01 €	
Contraordenação	DAAF.CO.470.2017	€24.000,00 a € 144.000,00	
Ação Administrativa	1289/21.7BEBRG	926,18 €	

Ação Administrativa	1323/21.0BEBRG	39 678,59 €	
Ação Administrativa	1750/21.3BEBRG	39 642,60 €	
Ação Administrativa	1752/21.0BEBRG	1 312,58 €	
Ação Administrativa	1906/21.9BEBRG	7 500,00 €	
Ação Administrativa	2046/21.6BEBRG	30 000,01 €	
Contraordenação	475/21.4EABRC	€ 12.000,00 a € 24.000,00	
Impugnação	1353/21.2BEBRG	44 842,36 €	
Ação Administrativa	1633/21.7BEBRG	1 880 100,61 €	
Execução	1468/22.0T8VNF	290 633,55 €	
Ação Administrativa	855/21.5BEBRG	30 000,01 €	
Participação	47/20		30/06/2022
Impugnação	1938/20.4BEBRG	30 000,01 €	30/06/2022
Ação Administrativa	1404/20.8BEBRG	386 756,13 €	30/06/2022
Ação Administrativa - Laboral	2043/20.9BEBRG	30 000,01 €	31/12/2022
Ação Administrativa - Laboral	311/21.1BEBRG	30 000,01 €	31/12/2022
Ação Administrativa	511/21.4BEBRG	3 294,00 €	31/12/2022
Ação Administrativa - Laboral	699/21.4BEBRG	30 000,01 €	31/12/2022
Ação Administrativa - Laboral	830/21.0BEBRG	5 000,01 €	31/12/2022
Ação Administrativa	886/21.5BEBRG	2 978,97 €	31/12/2022
Ação Administrativa	1279/21.0BEBRG	339 246,32 €	31/12/2022
Ação Administrativa	1492/21.0BEBRG	6 552,48 €	31/12/2022
Ação Administrativa	1547/21.0BEBRG	21 950,00 €	31/12/2022
Ação Declarativa Comum	5372/21.0T8BRG	141 553,76 €	31/12/2022
Providência Cautelar	2219/21.1BEBRG	30 000,01 €	08/02/2022
Ação Administrativa	892/22.2BEBRG	387 715,97 €	26/10/2022
Impugnação Judicial	2513/19.1BEBRG	139 546,69 €	N/A
Impugnação Judicial	1679/20.2BEBRG	139 546,69 €	08/11/2022
Ação Administrativa	1024/22.2BEBRG	9 327,73 €	19/09/2022
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	2510/19.7BEBRG	1 357,14 €	21/02/2022
Ação Administrativa Laboral	59/20.4BEBRG	5 000,01 €	24/02/2022
Ação Administrativa Res. Civil Contr.	1853/20.18BEPRT	1 126,00 €	07/01/2021
Inventário	Dr. Rodrigo Peixoto		
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	496/20.4BEBRG	30 234,55 €	25/05/2022
Ação Administrativa Laboral	663/20.0BEBRG	30 000,01 €	11/12/2022
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	696/20.7BEBRG	3 212,16 €	25/01/2021
Processo Crime	1150/19.5T9BRG	299,64 €	19/02/2021
Impugnação de sanção disciplinar	973/20.7BEBRG	1 754,50 €	06/10/2021
Ação Administrativa Comum	1025/20.5BEBRG	30 000,01 €	28/12/2022
Providência Cautelar	76/21.7BEBRG	30 000,01 €	19/11/2021
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	1258/20.4BEBRG	65 671,37 €	21/12/2022
Ação Laboral Impugnação Concurso	1578/20.8BEBRG	86 511,99 €	30/11/2020
Ação Administrativa Laboral	1966/21.2BEBRG	1 727,76 €	26/11/2021
Ação Administrativa Laboral	1061/22.7BEBRG	1 814,35 €	07/09/2022
Ação Comum Laboral	6082/22.7T8BRG	5 000,01 €	15/12/2022
Ação Administrativa	2426/22.8BEBRG	211 683,86 €	
Processo Crime	24/22.7T9BRG		14/09/2022
Intimação para prática do ato devido	584/22.2BEBRG	30 000,01 €	07/06/2022
Providência Cautelar	582/22.6BEBRG	30 000,01 €	19/05/2022
Ação Administrativa Laboral	1013/22.7BEBRG	30 000,01 €	01/07/2022
Responsabilidade Civil Extracontratual	968/22.6BEBRG	5 000,01 €	28/06/2022
Ação Administrativa	1346/22.2BEBRG	30 000,01 €	28/09/2022
Providência Cautelar Adm. Prov. Conc	1349/22.7BEBRG	30 000,01 €	03/09/2022

Responsabilidade Civil Extracontratual	1455/22.8BEBRG	29 648,11 €	12/10/2022
Ação Administrativa Trabalhos a mais	2060/22.4BEBRG	373 761,40 €	18/11/2022
Ação Administrativa	1893/22.6BEBRG	30 000,01 €	02/12/2022
Contraordenação	DCC.020.2022.031		19/12/2022
Execução Fiscal	1570/20.2BEBRG	3 228,88 €	
Impugnação	1584/22.8BEBRG	143 995,15 €	
Impugnação	448/22.0BEBRG	447 422,49 €	
Ação Administrativa	578/22.8BEBRG		
Ação Administrativa	2405/22.7T8BRG		
Ação Administrativa	788/22.8BEBRG	21 459,87 €	
Embargos de Executado	3208/22.4T8VNF-A	2 500,00 €	
Ação Administrativa	1133/22.8BEBRG		
Ação Administrativa	1200/22.8BEBRG	123 171,32 €	
Ação Administrativa	1394/22.2BEBRG		
Ação Administrativa	2074/22.4BEPRT	408 264,77 €	
Ação Administrativa	2205/22.4BEPRT		

Nota XXIII – Outras divulgações

23.1 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2022		2021	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento	11 179,59 €	893 700,69 €	278 153,86 €	18 131,36 €
Retenção de imposto sobre o rendimento	- €	636 932,63 €	- €	330 342,85 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	184 241,48 €	144 928,56 €	1 282 602,74 €	98 293,96 €
Outros impostos	- €	355,53 €	5,00 €	308,58 €
Contribuições p/sistema de prot. social e subsist. de saúde	- €	673 975,63 €	- €	715 508,81 €
Tributos das autarquias locais	- €	27 132,96 €	- €	7 086,89 €
Outras tributações	593 143,79 €	4 874,69 €	688 767,95 €	329,60 €
Total	788 564,86 €	2 381 900,69 €	2 249 529,55 €	1 170 002,05 €

23.2 Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Outras Contas a Receber e a Pagar detalham-se da seguinte forma:

Outras contas a receber e pagar	2022	2021
Saldos a receber	50 408 410,61 €	62 468 398,64 €
Clientes c/c	2 280 912,10 €	5 470 831,31 €
Estado e outros entes públicos	788 564,86 €	2 385 998,80 €
Outras contas a receber	43 561 207,51 €	49 823 627,44 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 777 726,14 €	4 787 941,09 €
Saldos a pagar	50 329 832,15 €	46 800 905,04 €
Fornecedores c/c	12 594 381,62 €	11 671 035,66 €
Adiantamento a clientes	550 969,23 €	549 147,39 €
Estado e outros entes públicos	2 381 900,69 €	1 306 471,30 €
Credores por subsídios não reembolsáveis	11 000,00 €	58 920,00 €
Fornecedores de investimento	4 671 973,43 €	2 835 646,90 €
Outras contas a pagar	30 119 607,18 €	30 379 683,79 €

23.3 Rendimentos

O montante dos réditos reconhecidos durante os períodos de 2022 e de 2021, é proveniente de:

Réditos	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	66 319 763,67 €	63 681 583,51 €
Vendas	8 537 512,68 €	8 138 904,82 €
Prestações de serviços e concessões	33 965 169,19 €	31 318 328,44 €
Trabalhos para a própria entidade	1 141 317,58 €	948 888,59 €
Transferências correntes obtidas	47 344 374,53 €	38 122 750,37 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	528,70 €	19 441,94 €
Imparidade de dívidas a receber	- €	61 142,32 €
Provisões	229 050,71 €	- €
Juros e rendimentos similares obtidos	213 617,93 €	181 026,11 €
Outros rendimentos	12 811 771,98 €	8 413 418,64 €
Total	170 563 106,97 €	150 885 484,74 €

23.4 Gastos

O detalhe dos Gastos em 2022 e 2021 é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 524 487,45 €	3 658 360,39 €
Fornecimentos e serviços externos	47 551 008,37 €	37 953 725,17 €
Gastos com pessoal	62 084 239,83 €	57 190 378,32 €
Transferências e subsídios concedidos	11 727 447,54 €	13 723 056,83 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	485 299,64 €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	755 383,21 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	32 409 445,73 €	23 063 591,85 €
Juros e gastos similares suportados	699 004,02 €	604 586,79 €
Outros gastos	11 559 962,10 €	6 486 994,33 €
Total	171 040 894,68 €	143 436 076,89 €

23.5 Gastos com o Pessoal

Em 2022 e 2021 o detalhe da conta Gastos com o Pessoal, foi como segue:

Gastos com Pessoal	2022	2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	319 557,53 €	338 662,60 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	359 687,20 €	359 515,86 €
Remunerações do pessoal	46 704 570,91 €	42 527 605,16 €
Benefícios pós-emprego	24 631,55 €	44 939,61 €
Indemnizações	26 386,84 €	- €
Encargos sobre remunerações	10 181 926,43 €	10 130 499,23 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	402 672,41 €	399 077,08 €
Gastos de ação social	50 964,84 €	25 372,79 €
Outros gastos com o pessoal	2 730 657,06 €	1 984 683,80 €
Outros encargos sociais	1 283 185,07 €	1 380 022,19 €
Total	62 084 239,84 €	57 190 378,32 €

23.6 Outras Informações relativas aos procedimentos de consolidação

23.6.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação das participações financeiras e das operações recíprocas.

ELIMINAÇÃO DO MEP

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
41		63 429 591,28
51	39 315 000,00	
56	2 462 789,02	1 381 113,77
57	32 686 838,87	15 650 776,24
78	5 996 853,40	
TOTAL	80 461 481,29	80 461 481,29

ELIMINAÇÃO DE SALDOS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
211		4 485 377,40
221	60 504,91	
225	1 276 075,81	
263		1 925 000,00
265	19 268 282,28	
266	770 103,45	
272	3 026 365,46	24 909 692,53
278	1 925 000,00	20 300 385,65
431	1 109 949,35	450 000,00
432	453 465,28	973 900,00
438	61 883,20	200 918,57
561	25 343 128,57	1 616 011,39
594	1 568 900,00	
642	9 800,98	12 173,75
TOTAL	54 873 459,29	54 873 459,29

ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
272		5 214 049,48
593	71 300,23	
60		13 919 818,14
62		3 200 118,70
72	13 462 449,69	
75	8 800 236,40	
TOTAL	22 333 986,32	22 333 986,32

ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
51	19 110 000,00	
54	4 159,07	
55	4 386 900,09	
56	17 051,00	12 202 832,00

57	3 000 683,00	
59	6 118 332,75	
Interesses que não controlam (Resultados)	3 819 246,42	2 554 884,00
Interesses que não controlam (Balanço)		21 698 656,32
TOTAL	36 456 372,32	36 456 372,32

Foi ajustado para efeitos de contas consolidadas com a devida imputação aos interesses que não controlam, o montante reconhecido em resultados do exercício e resultados transitados, decorrente dos contratos-programa, na participada AGERE no montante de 30.117.788,52 euros, em virtude de não estarem visadas pelo Tribunal de Contas e assim não serem passíveis de reconhecimento pelo Município de Braga.

8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Município de Braga							
Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza							
Rubrica	Liquidações	2022	2021	Rubrica	Obrigações	2022	2021
	Receita Corrente	3 402 742,86	2 429 135,67		Despesa Corrente	961 846,07	1 176 790,84
R11	Impostos Diretos	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	450 589,51	497 086,88
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00	D11	Remunerações certas e permanentes	408 445,85	482 469,54
R2	Contribuições para sistemas de prot. social e subs	0,00	0,00	D12	Abonos variáveis ou eventuais	18 469,31	14 617,34
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 699 777,27	1 128 984,12	D13	Segurança Social	20 364,21	0,00
R4	Rendimentos de Propriedade	186 652,50	182 808,75	D2	Aquisição de bens e serviços	478 333,57	618 530,02
R5	Transferências e Subsídios Correntes	352 340,71	1,95	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R6	Vendas de bens e serviços	860 887,15	825 608,81	D4	Transferências e subsídios correntes	12 500,00	61 173,94
R7	Outras receitas correntes	303 085,23	291 732,04	D41	Transferências correntes	12 500,00	60 288,94
	Receita Capital	88 412,44	88 412,44	D411	Administrações públicas	0,00	0,00
R8	Venda de bens investimento	0,00	0,00	D412	Entidades do setor não lucrativo	11 000,00	60 288,94
R9	Transferências e Subsídios de capital	88 412,44	88 412,44	D413	Famílias	1 500,00	0,00
R10	Outras receitas capital	0,00	0,00	D414	Outras	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	D42	Subsídios correntes	0,00	885,00
				D5	Outras despesas correntes	58,78	0,00
						0	
	Receita Efetiva (1)	3 491 155,30	2 517 548,11		Despesa Capital	123 927,37	81 490,91
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	D6	Aquisição bens capital	123 927,37	81 490,91
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
						0	
	Receita total (3) = (1)+(2)	3 491 155,30	2 517 548,11		Despesa Efetiva (4)	1 085 773,44	1 258 281,75
					Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00
				D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
				D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
					Despesa total (6) = (4)+(5)	1 085 773,44	1 258 281,75

Município de Braga							
Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado em 31 de dezembro de 2022							
		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					
		RP	RG	EU	EMPR	Fundos Alheios	Total
RUBRICA RECEBIMENTOS							
	Saldo da gerência anterior	779 037,39	0,00	372 505,85	0,00	3 309 828,35	4 461 371,59
RI01	Operações Orçamentais [1]	779 037,39	0,00	372 505,85	0,00	0,00	0,00
RI02	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RI03	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	3 309 828,35	3 309 828,35
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita corrente	117 659 536,42	0,00	1 045 455,37	0,00	0,00	118 704 991,79
R1	Receita Fiscal	55 807 946,65	0,00	0,00	0,00	0,00	55 807 946,65
R1.1	Impostos diretos	55 807 946,65	0,00	0,00	0,00	0,00	55 807 946,65
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7 612 737,04	0,00	0,00	0,00	0,00	7 612 737,04
R4	Rendimentos de propriedade	4 484 019,24	0,00	0,00	0,00	0,00	4 484 019,24
R5	Transferências e subsídios correntes	46 032 685,68	0,00	1 045 455,37	0,00	0,00	47 078 141,05
R5.1	Transferências correntes	45 966 170,02	0,00	1 045 455,37	0,00	0,00	47 011 625,39
R5.1.1	Administrações Públicas	45 674 083,56	0,00	1 045 455,37	0,00	0,00	46 719 538,93
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	41 887 375,47	0,00	1 045 455,37	0,00	0,00	42 932 830,84
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	467 270,85	0,00	0,00	0,00	0,00	467 270,85
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	3 319 437,24	0,00	0,00	0,00	0,00	3 319 437,24
R5.1.2	Exterior - U E	292 086,46	0,00	0,00	0,00	0,00	292 086,46
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	66 515,66	0,00	0,00	0,00	0,00	66 515,66
R6	Venda de bens e serviços	3 394 241,57	0,00	0,00	0,00	0,00	3 394 241,57
R7	Outras receitas correntes	327 906,24	0,00	0,00	0,00	0,00	327 906,24
	Receita de capital	1 704 453,93	0,00	4 570 772,96	0,00	0,00	6 275 226,89
R8	Venda de bens de investimento	235 129,09	0,00	0,00	0,00	0,00	235 129,09
R9	Transferências e subsídios de capital	1 469 324,84	0,00	4 570 772,96	0,00	0,00	6 040 097,80
R9.1	Transferências de capital	1 469 324,84	0,00	4 570 772,96	0,00	0,00	6 040 097,80
R9.1.1	Administrações Públicas	1 469 324,84	0,00	4 570 772,96	0,00	0,00	6 040 097,80
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 469 324,84	0,00	4 570 772,96	0,00	0,00	6 040 097,80
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	9 833,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9 833,24
RA04	Receita efetiva [2]	119 363 990,35	0,00	5 616 228,33	0,00	0,00	124 970 385,44
	Receita não efetiva [3]				8 020 000,00		8 020 000,00
R12	Receita com ativos financeiros						0,00
R13	Receita com passivos financeiros				8 020 000,00		8 020 000,00
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	120 143 027,74	0,00	5 988 734,18	8 020 000,00	0,00	134 151 761,92
ROT1	Operações de tesouraria [B]					1 514 093,16	1 514 093,16
RUBRICA PAGAMENTOS							
	Despesa corrente	95 080 079,82	0,00	2 874 808,64	3 385 943,16	0,00	101 340 831,62
D1	Despesas com o pessoal	39 967 697,91	0,00	1 999,06	4 942,62	0,00	39 974 639,59
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	30 616 542,78	0,00	1 747,59	1 225,39	0,00	30 619 515,76
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 120 346,50	0,00	0,00	2 184,31	0,00	1 122 530,81
D1.3	Segurança Social	8 230 808,63	0,00	251,47	1 532,92	0,00	8 232 593,02
D2	Aquisição de bens e serviços	28 913 905,43	0,00	2 859 439,66	1 228 013,13	0,00	33 001 358,22
D3	Juros e outros encargos	91 569,56	0,00	0,00	148,46	0,00	91 718,02
D4	Transferências e subsídios correntes	24 343 812,45	0,00	12 005,24	0,00	0,00	24 355 817,69
D4.1	Transferências correntes	24 321 937,30	0,00	12 005,24	0,00	0,00	24 333 942,54
D4.1.1	Administrações Públicas	7 093 002,20	0,00	1 925,00	0,00	0,00	7 094 927,20
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	355 139,45	0,00	0,00	0,00	0,00	355 139,45
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	6 737 862,75	0,00	1 925,00	14 554,00	0,00	6 754 341,75
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	4 442 337,57	0,00	10 080,24	69 527,76	0,00	4 521 945,57
D4.1.3	Famílias	6 642 318,90	0,00	0,00	295 231,72	0,00	6 937 550,62
D4.1.4	Outras	6 144 278,63	0,00	0,00	1 603 966,28	0,00	7 748 244,91
D4.2	Subsídios correntes	21 875,15	0,00	0,00	24 177,35	0,00	46 052,50
D5	Outras despesas correntes	1 763 094,47	0,00	1 364,68	145 381,84	0,00	1 909 840,99
	Despesa de capital	14 188 840,71	0,00	1 503 271,83	3 968 008,65	0,00	19 660 121,19
D6	Aquisição de bens de capital	9 307 727,34	0,00	1 503 271,83	3 745 835,35	0,00	14 556 834,52
D7	Transferência e subsídios de capital	3 631 113,45	0,00	0,00	0,00	0,00	3 631 113,45
D7.1	Transferências de capital	3 631 113,45	0,00	0,00	0,00	0,00	3 631 113,45
D7.1.1	Administrações Públicas	3 556 359,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3 556 359,69
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	3 556 359,69	0,00	0,00	222 173,30	0,00	3 778 532,99
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	74 753,76	0,00	0,00	0,00	0,00	74 753,76
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	1 249 999,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1 249 999,92
DA03	Despesa efetiva [5]	109 268 920,53	0,00	4 378 080,47	7 353 951,81	0,00	121 000 952,81
	Despesa não efetiva [6]	10 016 312,27	0,00	0,00	525 710,26	0,00	10 016 312,27
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

D10	Despesa com passivos financeiros	10 016 312,27	0,00	0,00	525 710,26	0,00	10 016 312,27
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	119 285 232,80	0,00	4 378 080,47	7 879 662,07	0,00	131 017 265,08
DOT1	Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	812 572,52	812 572,52
	Saldo para a gerência seguinte						0,00
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	857 794,94	0,00	1 610 653,71	140 337,93		2 608 786,58
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					4 011 348,99	4 011 348,99
DA09	Saldo global [2] - [5]	10 095 069,82	0,00	1 238 147,86	-7 353 951,81	0,00	3 979 265,87
DA10	Despesa primária	109 177 350,97	0,00	4 378 080,47	7 353 803,35	0,00	120 909 234,79
DA11	Saldo corrente	22 579 456,60	0,00	-1 829 353,27	-3 385 943,16	0,00	17 364 160,17
DA12	Saldo de capital	-12 484 386,78	0,00	3 067 501,13	-3 968 008,65	0,00	-13 384 894,30
DA13	Saldo primário	10 095 069,82	0,00	1 238 147,86	-7 353 951,81	0,00	3 979 265,87
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	120 143 027,74	0,00	5 988 734,18	8 020 000,00	0,00	134 151 761,92
DA15	Despesa total [5] + [6]	119 285 232,80	0,00	4 378 080,47	7 879 662,07	0,00	131 542 975,34

Braga, 6 de junho de 2023



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Braga** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 852 895 023 euros e um total de património líquido de 715 379 425 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores do capital da entidade-mãe negativo de 1 742 150 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Braga** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. No exercício de 2021 terminou o prazo da concessão que a entidade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. tem contratualizada com o Estado português, sob a tutela do Ministério do Ambiente, encontrando-se ainda pendente a decisão governamental sobre os termos em que ocorrerá a prossecução da sua atividade futura. A situação descrita poderá ter efeitos materialmente significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial, não nos sendo possível, com base na informação disponível à data, quantificar os eventuais impactos no ativo, resultado líquido e património líquido (resultados transitados, ajustamentos em ativos financeiros) do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Conforme divulgado no Relatório de Contas Consolidadas, as concessionárias do Município não forneceram atempadamente informação adequada e suficiente sobre os ativos incluídos



nas respetivas concessões, o que impossibilitou o Grupo de proceder aos registos contabilísticos necessários para dar integral cumprimento à NCP 4 – *Acordos de concessão: concedente*. Assim, não nos é possível apurar os eventuais ajustamentos decorrentes da situação exposta para as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no ativo (rubrica de ativos fixos tangíveis), no passivo (rubrica de diferimentos) e no património líquido (resultado líquido do período e resultados transitados).

3. Apesar dos esforços desenvolvidos e dos ajustamentos de transição registados no exercício, consideramos ainda não ter sido possível garantir a plenitude e mensuração dos ativos incluídos na rubrica de Ativos fixos tangíveis, designadamente quanto aos bens imóveis de domínio público e de domínio privado, tendo em vista o integral cumprimento do disposto no normativo contabilístico (NCP 5, em particular). Ainda que esteja em curso um trabalho especial, realizado por peritos externos e que tem em vista suprir as limitações descritas, à presente data consideramos não serem passíveis de quantificação os eventuais ajustamentos necessários no ativo (rubrica de Ativos fixos tangíveis) e no património líquido (resultado líquido do período, resultados transitados e outras variações no património líquido) do Grupo.
4. Ainda que se tenham verificado melhorias relevantes a assinalar, consideramos ainda persistirem algumas limitações quanto à obtenção de prova de auditoria suficiente para garantir a adequada mensuração dos rendimentos relativos a Loteamentos e obras (incluídos na rubrica de Impostos, contribuições e taxas) e a respetiva documentação de suporte, pelo que não nos é possível a validação integral dos montantes registados contabilisticamente. Deste modo, não nos é possível apurar, nem quantificar, a eventual necessidade de ajustamentos no ativo e no património líquido (resultado líquido do período e resultados transitados) do Grupo, decorrentes da situação descrita.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Tal como se tem vindo a verificar nos exercícios anteriores, não foram reconhecidas pelo Município as Indemnizações Compensatórias que este se propunha a transferir para a sua participada AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., relativamente aos exercícios de 2013 a 2022, uma vez que se encontra pendente a tramitação formal e regulamentar por parte do Tribunal de Contas. Os efeitos decorrentes desta situação



encontram-se devidamente refletidos e ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas – na rubrica de resultados transitados os montantes referentes aos exercícios de 2013 a 2021, e no resultado líquido consolidado, o montante relativo ao exercício de 2022, com a correspondente imputação aos interesses que não controlam.

2. Dada a complexidade do processo de transição para o novo referencial contabilístico (SNC-AP), o Grupo entendeu adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado na FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de três anos para a referida transição, por forma a assegurar a plenitude da mesma, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Face ao contexto descrito, ainda não foi possível a preparação de demonstrações orçamentais nos termos previstos na NCP 26, nem o cumprimento integral e rigoroso da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, por parte das entidades Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. e TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. estimando-se que o processo de transição fique integralmente concluído até ao final do exercício de 2023 (data em que termina o período de três anos referido anteriormente, para as entidades indicadas).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

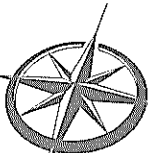
Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou



a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

– comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo, que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita de 124 980 219 euros e um total de despesa de 121 000 953 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao facto de o perímetro de consolidação orçamental do Grupo não incluir ainda todas as entidades sujeitas à contabilidade orçamental, conforme referido no ponto 2 da secção “Ênfases”.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas” do Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não ter sido ainda cumprido de forma integral o previsto na NCP 27 – *Contabilidade de Gestão*, em particular o seu parágrafo 34.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Braga, 21 de junho de 2023

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM nº 20160219)



RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

EXERCÍCIO DE 2022

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº2, da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Braga** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis das diferentes áreas do Município, em particular da área contabilística, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer no esclarecimento das questões que entendemos pertinentes sobre o processo de consolidação.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos:

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise das demonstrações financeiras consolidadas e demais documentos de prestação de contas, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

3. Os procedimentos adotados permitem-nos concluir que, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias incluídas como reservas na Certificação Legal das Contas por nós emitida nesta data:

- a) a contabilidade, as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade, bem como a situação patrimonial, financeira e orçamental do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião e das observações incluídas na certificação legal das contas consolidadas, emitida por nós na presente data;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) verificamos que, de um modo geral, foi seguido pelo Município o enquadramento previsto na NCP 22 – Norma de Contabilidade Pública sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e NCP 26 - Norma de Contabilidade Pública sobre a Contabilidade e Relato Orçamental, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e demais elementos de prestação das contas consolidadas.

4. Face ao descrito nos pontos anteriores, somos de parecer que:

- a) as contas consolidadas do Município e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores envolvidos.

Braga, 21 de junho de 2023

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)